

## Índice

### ESQUEMA DO RELATÓRIO FINAL

Pág.

Introdução.....	2
• Preâmbulo do protocolo	
• Objectivos do Plano de Acção	
I – A Dinâmica da Economia Social em Portugal – breve contextualização.....	3
II – O Mercado Social de Emprego no contexto das políticas nacionais de luta contra a pobreza e exclusão social.....	5
III – Apresentação genérica do projecto.....	7
IV – Descrição Genérica das Actividades.....	
1 - Sensibilização/ Informação/ Formação:	
2 - Directório de Informação sobre Economia Social	
3 – Promoção de Visitas e Acções de visibilidade das boas práticas em termos do MSE	
4 – Divulgação das Iniciativas do MSE, nos meios de informação da REAPN	
5 – Apoio Técnico na elaboração de candidaturas a Iniciativas do MSE junto das ONG´s	
6 – Articulação entre os Interlocutores Regionais para o MSE	
V– Resultados Alcançados	
VI – Propostas e recomendações	
VII - Anexos	

## INTRODUÇÃO

O presente relatório, pretende reflectir o trabalho elaborado no ano 2001, no âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, assinado a 26 de Julho de 2000, com o objectivo de fomentar acções no âmbito do Mercado Social de Emprego, enquanto contributo para a resolução de problemas sociais, com especial incidência no combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social.

O Protocolo de Cooperação visa fundamentalmente, a promoção das iniciativas do Mercado Social de Emprego, como parte de um conjunto mais vasto de medidas e estratégias, em que se procura uma intervenção activa no sentido do emprego junto dos grupos que socialmente se encontram em situação de maior desfavorecimento ou vulnerabilidade, facultando novas oportunidades que possibilitem o acesso, quer de novas competências pessoais e sociais, quer profissionais como veículo determinante para a empregabilidade.

Neste sentido, e numa perspectiva de abordagem global, são os seguintes objectivos que dão corpo ao Protocolo de Cooperação:

- a) Concepção e desenvolvimento de iniciativas conjuntas no que concerne à temática do desemprego e exclusão social e à promoção de novos projectos de inserção profissional e de desenvolvimento sócio-local;
- b) Criação de um sistema de informação e cooperação entre a REAPN, ONG's, Centros de Emprego e Centros de Formação do IEFP com vista à dinamização e implementação de projectos no âmbito do mercado social de emprego, entre outros, empresas de inserção e escolas-oficinas;
- c) Criação de mecanismos de partilha e divulgação de informação, relativa às medidas e programas destinados aos grupos sociais desfavorecidos, nomeadamente em actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado,
- d) Organização de eventos: seminários, colóquios, conferências acções de sensibilização e outras acções que permitam divulgar os instrumentos/ medidas em vigor no âmbito do Mercado Social de Emprego, que possam favorecer a intervenção das ONG's e a promoção de iniciativas por parte da sociedade civil;
- e) Realização de acções de formação dirigidas especificamente a técnicos e/ ou dirigentes de ONG's e outras organizações similares sobre problemáticas

- emergentes na sociedade actual e que até ao momento, não têm sido objecto de um aprofundamento e sistematização teórico- metodológica e prática capacitando-os para lidar com novas situações de pobreza e exclusão social;
- f) Desenvolvimento de acções de apoio à inserção sócio-profissional dos recursos humanos formados, promovendo a sua integração em ONG's e outras organizações similares, dando especial prioridade às actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado;
- g) Realização de outras actividades conjuntas no âmbito do Mercado Social de Emprego que venham a revelar-se de interesse e ajustadas às linhas orientadoras do Plano Nacional de Emprego.

No âmbito do acordo celebrado entre as duas entidades foi estabelecido um Plano de Acção para execução em 2001, que se consubstancia no desenvolvimento das seguinte tipologia de acções:

- Sensibilização / Informação / Formação
- Produção de um directório de informação sobre Economia social em Portugal
- Promoção de visitas e acções de visibilidade das boas práticas nacionais em termos do Mercado Social de Emprego
- Divulgação nos meios de informação da REAPN das iniciativas do MSE
- Apoio técnico na elaboração de candidaturas a iniciativas do MSE junto das ONG's
- Articulação com as estruturas centrais do IEFP
- Articulação entre os Interlocutores Regionais para o MSE
- Realização de um Seminário / Encontro de reflexão nacional

Face ao programado, torna-se agora necessário fazer um balanço da execução, bem como uma avaliação das acções, tendo em conta a operacionalização dos objectivos do Plano de Acção.

Neste sentido, o presente relatório apresenta um primeiro capítulo, no qual se procura identificar, ainda que de uma forma breve e genérica, alguns eixos caracterizadores da dinâmica própria das organizações de economia social, expectáveis na realidade nacional. Um II capítulo dedicado ao Mercado Social de Emprego e aos diversos instrumentos enquadráveis no âmbito do MSE e à forma como estes se relacionam com a economia social. No III e IV capítulos apresentam-se as diferentes fases de desenvolvimento do projecto e uma descrição sumária e avaliativa de todas as

actividades inscritas no Plano de Acção. No capítulo V apresentam-se os principais resultados alcançados pelo projecto, e finalmente, o último capítulo reserva as principais conclusões e algumas propostas e recomendações para o futuro desenvolvimento do MSE.

## I –A Dinâmica da Economia Social em Portugal – Breve Contextualização

Em primeiro lugar, ao tratar o tema da Economia Social a grande questão que se coloca é um problema de ordem conceptual. O que é a Economia Social de que tanto se fala ultimamente? Será uma descoberta recente? Será uma moda?

De facto, quando nos debruçamos sobre o tema da Economia Social, somos surpreendidos pela diversidade de termos utilizados para designar este campo; assim são usuais os termos: Economia Social, Terceiro Sector, Terceiro Sistema, Sector não Lucrativo, Economia de Interesse Geral, Economia Popular, Economia Comunitária, Economia Solidária; variando a sua utilização de acordo com a nacionalidade ou com as preocupações de rigor académico, ou ainda de posicionamento ideológico.

Estamos, pois, perante um fenómeno necessariamente ambíguo, cujo entendimento dependerá dos contextos nacionais onde emerge, bem como dos actores interessados na delimitação das suas fronteiras e na sua definição.

*“ Na tradição francesa e belga, a expressão Economia Social é utilizada para designar um sector separado do sector público, porque obedece a iniciativas privadas, independentes da tutela do Estado e igualmente, separado do sector privado tradicional, tanto pela sua forma de organização, como pelos critérios utilizados para a distribuição dos excedentes. As formas organizacionais constituintes do sector da economia social são, segundo a proposta francesa, as sociedades mutualistas, as cooperativas e as associações económicas sem fins de lucro mercantil. (Vara, 1994)<sup>1</sup>*

*“Por seu turno, as práticas anglo-saxónicas utilizam a expressão “Organizações Não Lucrativas”, reportando-se a um critério assente nas áreas de actuação dominantes da organização, tais como cultura e recreio, instrução e investigação científica, saúde e serviços sociais, ambiente, etc (Barros, 1997)<sup>2</sup>*

Sem nos inibirmos de valorizar referências e experiências oriundas de outros países, vamos ter em conta especialmente o caso português.

---

<sup>1</sup> Nunes, Francisco, Reto, Luis, Carneiro, Miguel (2001) “O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades”

<sup>2</sup> idem

A moderna concepção de economia social surgiu entre nós, em estreita ligação com o passado. Historicamente, o nascimento da Economia Social em Portugal reporta-se ao movimento associativo operário do séc. XIX, o qual originou o aparecimento de cooperativas e de associações mutualistas, na tentativa de dar resposta a necessidades das classes menos favorecidas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, assentes em princípios de solidariedade e geridas segundo princípios de igualdade, com um carácter multifuncional, na medida em que desenvolviam actividades de protecção social e por outro, desenvolviam actividades económicas.

Não se tratando duma novidade, pois há mais de um século que existem formas de economia social, a economia social tem vindo a ganhar uma visibilidade crescente graças à relativa eficácia que tem demonstrado na criação de emprego comparativamente com as medidas tradicionais de política de emprego. Encarada por alguns como uma dissimulação para os problemas de emprego gerados pela globalização da actividade económica, a economia social é encarada por outros como uma forma de redefinir as relações entre a economia e a sociedade no sentido de uma maior democratização da vida social, assente no princípio da cidadania activa.

O desenvolvimento económico do pós- guerra, criou um elevado número de postos de trabalho, permitindo o desenvolvimento de uma nova forma de organização social baseada no trabalho assalariado, em que o salário era garantia de integração social. Paralelamente, a criação do Estado Providência atribuiu aos trabalhadores o direito a serviços e a benefícios sociais, contribuindo desta forma, para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Enquanto que as organizações de economia social do princípio do século se baseavam numa solidariedade de classe, associando indivíduos das classes desfavorecidas em organizações de base mutualista e de entre ajuda, as organizações da nova economia social congregam actores individuais e colectivos, cujo elo de ligação é uma identidade cultural decorrente da partilha de um mesmo território. Neste contexto, define-se economia social como sendo um conjunto de actividades económicas de tipo associativo, fundadas nos valores da solidariedade, da autonomia e da cidadania e apoiada nos seguintes princípios:

- a) a missão de serviço aos membros ou à colectividade, sobrepõe-se ao objectivo lucro;
- b) a gestão é autónoma;

- c) os processos de tomada de decisão são democráticos;
- d) o primado das pessoas e do trabalho sobre o capital na redistribuição dos excedentes.

Num estudo recentemente publicado pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) sobre o “ Terceiro Sector em Portugal”<sup>3</sup> (Outubro 2001) identificam-se alguns eixos caracterizadores da dinâmica própria das organizações do Terceiro Sector, nomeadamente, as cooperativas, as mútuas e mutualidades e as associações e fundações. Destes, há a destacar um conjunto de eixos estruturantes:

- a orientação das actividades organizacionais pela missão de carácter social;
- o dinamismo e a capacidade de inovação em oposição à burocracia;
- a aposta na gestão democrática / humanista em detrimento da gestão orientada em função da produtividade individual;
- a implicação das pessoas por via afectiva *versus* instrumental;
- e o facto de se tratarem de organizações de pessoas, para pessoas e com as pessoas.

No que respeita aos aspectos formais das organizações, o mesmo estudo não identifica elementos de continuidade que sustentem a ideia da existência de um modelo organizacional comum aos vários tipos estudados. De facto, se em termos de princípios se verifica uma certa convergência e consenso, o mesmo não se passa relativamente às práticas organizacionais.

A grande diversidade de organizações e a amplitude de objectivos por elas prosseguidos gera dificuldades na construção de uma dimensão de identidade do sector. Neste sentido, e independentemente da necessidade de se amadurecerem as noções de Economia Social, é evidente que o conceito recobre duas realidades culturais distintas, nomeadamente, uma forma alternativa de estar na economia (nem pública, nem privada capitalista) e o trabalho social com estratos da população em (vias) de exclusão.

As actividades das empresas de economia social, baseiam-se na detecção das necessidades sociais não satisfeitas pelo mercado de trabalho, no sentido da criação de empregos para a satisfação dessas mesmas necessidades.

---

<sup>3</sup> In Revista de Estudos Cooperativos – Pensamento Cooperativo, O Terceiro Sector em Portugal, Nº 2, Outubro de 2001

E, para além da rentabilidade económica, da actividade das empresas de economia social espera-se ainda uma rentabilidade social que pode ser avaliada por critérios como a participação activa dos cidadãos, a promoção de valores, a responsabilização individual e colectiva, a melhoria da qualidade de vida, designadamente através de um maior número de serviços disponíveis.

Demonstrando a necessidade de se amadurecerem as noções de Economia Social, as definições mais recentes apresentam-se complexas, pois ultrapassam a mera menção à ausência de fins lucrativos, gestão independente face ao Estado e prossecução de valores humanistas que incorporam factores de natureza cultural.

É nesta óptica que, após uma revisão das definições mais actuais de Economia Social, Teresa Paixão (1998), avança a seguinte concepção:

*Enquanto que as organizações de Economia Social do princípio do século se baseavam numa solidariedade de classe, associando indivíduos das classes desfavorecidas em organizações de base mutualista e de entreaajuda, as organizações de nova Economia Social congregam actores individuais e colectivos, cujo elo de ligação é uma entidade cultural decorrente da partilha de um mesmo território. É uma solidariedade interclassista, assente em princípios democráticos de igualdade e de partilha que permite o desenvolvimento da cidadania ao mesmo tempo que potencia uma melhor utilização de recursos locais na procura de uma forma de desenvolvimento integrado – económico, mas também político e social – para um determinado território. (p 15)*

Uma abordagem do Mercado Social de Emprego, mesmo em simples esboço, implica uma prévia abordagem ao conceito de economia social.

O Mercado Social de Emprego, relaciona-se com a economia social, no sentido que se poderá definir-se como sendo o conjunto de actividades e de entidades privadas sem fins lucrativos que têm como objectivo determinante a prevenção e solução de problemas de emprego e de outros problemas sociais. As medidas e programas no âmbito do Mercado Social de Emprego, obedecem a uma lógica centrada na inclusão de uma componente formativa como reforço da empregabilidade dos beneficiários, no estímulo da actividade empresarial, na qualidade dos serviços a prestar e na criação de postos de trabalho efectivos, mas também no princípio do financiamento como impulsionador para a progressiva auto-sustentação económica dessas actividades, na

gestão financeira adequada , na procura de condições de viabilidade, na redução de custos e no aumento da eficiência e da eficácia<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Catarino, F. Acácio, *Mercado Social de Emprego, in Sociedade e Trabalho, Março 1998 n°2,*

## II —O Mercado Social de Emprego no contexto das políticas nacionais de luta contra a pobreza e a exclusão

Em Junho de 1996, o Governo instituiu o Mercado Social de Emprego, com o objectivo de criar um conjunto articulado de respostas de combate à pobreza e à exclusão social e profissional, que promovessem a inclusão social dos indivíduos e grupos particularmente atingidos por tais fenómenos. “Ao instituir o Mercado Social de Emprego (...), como resposta a naturais carências que se vinham a fazer sentir, o Governo legislou no sentido de satisfazer um duplo objectivo: incentivar e promover a inserção das pessoas desempregadas (enquanto solução inserida nas políticas activas de emprego) e, simultaneamente, satisfazer necessidades sociais relativamente às quais o normal funcionamento do mercado não parecia ser capaz de dar resposta eficaz(...)”<sup>5</sup>.

O Mercado Social de Emprego enquadra **cinco medidas**, que têm como traço comum o objectivo de aumentar as possibilidades de empregabilidade, através do reforço das competências e capacidades profissionais:

- Programa Escolas-Oficinas,
- Programas Ocupacionais,
- Empresas de Inserção,
- Emprego Protegido e
- Despachos Conjuntos e Protocolos de Cooperação.

### Programa Escolas-Oficinas

Esta Medida dirige-se a jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e a desempregados de longa duração inscritos nos Centros de Emprego, e tem como objectivo proporcionar uma formação nos domínios tradicionais e em novas profissões (valorização do património e ambiente), através da implementação de Escolas-Oficinas.

---

<sup>5</sup> Mercado Social de Emprego, **Relatório de Actividades 1998**, Comissão para o Mercado Social de Emprego, pág.3.

O Programa Escolas Oficinas abrangeu até 30 de Junho de 2001, 3 924 formandos<sup>6</sup>.

### **Programas Ocupacionais (POC's)**

Os Programas Ocupacionais proporcionam a pessoas desempregadas subsidiadas e em situação de carência económica uma ocupação temporária e um rendimento complementar ou de subsistência, oferecendo também a possibilidade de manter contacto com o mundo do trabalho, desenvolvendo actividades úteis e melhorando as suas condições de empregabilidade.

De acordo com os dados apurados no relatório do MSE, referente ao 1º semestre de 2001, foram abrangidas um total de 6 760 pessoas em situação de carência económica e 20 616 pessoas em situação de desemprego subsidiado.

### **Empresas de Inserção**

Em 1998 foi lançado o Programa Empresas de Inserção, dirigido a desempregados de longa duração e a pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, que têm o duplo objectivo de promover a inserção ou reinserção profissional destas pessoas e a satisfação de necessidades sociais locais.

As Empresas de Inserção funcionam como uma espécie de treino, possibilitando aos seus trabalhadores aprenderem uma profissão ou readquirirem hábitos de trabalho perdidos. Os trabalhadores destas empresas têm um contrato a termo certo não inferior a seis meses e não superior a 24 meses. Findo este período, e adquiridas as competências necessárias à integração no mercado normal de trabalho, deverão dar lugar a outros candidatos e procurarem emprego no mercado concorrencial.

No final do 1º semestre de 2001, encontravam-se envolvidos 3 199 pessoas desempregadas.

### **Emprego Protegido**

O Regime do Emprego Protegido dirige-se a pessoas com deficiência com capacidade média de trabalho igual ou superior a um terço da capacidade normal exigida a um

---

<sup>6</sup> Mercado Social de Emprego, **Relatório de Actividades – 1º Semestre de 2001**, Comissão para o Mercado Social de Emprego, pág.21.

trabalhador não deficiente no mesmo posto de trabalho, promovendo uma formação em Centros de Emprego Protegido e em Enclaves, que possibilite o desenvolvimento das competências profissionais e o aumento da sua competitividade no mercado normal de trabalho.

Em Junho de 2001, constata-se pela leitura dos dados <sup>7</sup> que foram abrangidas 629 pessoas em Centros de Emprego Protegido (CEP) e Enclaves.

### **Despachos Conjuntos e Protocolos de Cooperação**

No âmbito do Mercado Social de Emprego, têm vindo a ser estabelecidos um conjunto de Protocolos ou Despachos Conjuntos entre os vários Ministérios, visando responder a um conjunto de problemas sociais que requerem intervenção imediata. O objectivo desta articulação interdepartamental e sectorial é a promoção da inserção de pessoas desempregadas, integrando uma componente de formação, seguida de integração numa actividade ocupacional.

Em Junho de 2001, estavam envolvidos 1 389<sup>8</sup> desempregados num conjunto diversificado de actividades de utilidade social.

---

<sup>7</sup> Mercado Social de Emprego, **Relatório de Actividades – 1º Semestre de 2001**, Comissão para o Mercado Social de Emprego, pág.26.

<sup>8</sup> *idem*,pág.16

### III – Apresentação genérica do projecto

#### **O PROJECTO (seus pressupostos)**

A questão do emprego e o combate ao desemprego assume actualmente uma prioridade fundamental no contexto europeu e consequentemente a nível nacional.

A Estratégia Europeia para o Emprego (EEE), que emergiu da Cimeira do Luxemburgo, realizada em 1997, contribuiu não só para o reforço da coordenação a nível comunitário das políticas de emprego, mas também para criar uma série de procedimentos através dos quais os Estados membros acordaram na prossecução de um conjunto de objectivos e metas, com vista ao aumento do volume e da qualidade do emprego e à redução do desemprego.

No caso português, esta estratégia, adaptada à realidade nacional pelo Plano Nacional de Emprego (PNE), veio ainda contribuir para a dinamização de um conjunto alargado de mudanças, nomeadamente, ao acentuar a importância da coordenação interministerial e a participação activa de todos os actores e instituições não governamentais na concepção, execução e acompanhamento do Plano.

A assunção de que a resolução do problema do desemprego passa pelo envolvimento dos próprios actores e pelo investimento numa dimensão territorial dos problemas (de que serve de exemplo as Redes Regionais para o Emprego, enquanto espaços territoriais de mobilização da iniciativa e do desenvolvimento indispensáveis à promoção do emprego e da qualificação) é hoje uma tendência generalizada em termos europeus. Por outro lado, a constatação de que a questão do emprego tem implicações directas nos fenómenos de pobreza e exclusão social obriga-nos a encarar o problema de uma forma multidimensional.

Em Portugal, não obstante os progressos realizados, as novas opções de política de emprego tem de ter em linha de conta que a promoção do emprego passa por um conjunto de respostas transversais – educação, formação, segurança social, e pelo envolvimento de diferentes actores – entidades públicas nacionais, regionais e locais; sindicatos, sector empresarial e sector voluntário, não esquecendo a peça fundamental que são os próprios indivíduos afectados pelo desemprego.

Quando a tarefa consiste na integração no mercado de trabalho de grupos sociais desfavorecidos, a situação adquire dimensões mais complexas, que exigem respostas flexíveis, ajustadas às necessidades.

É com esta orientação que surge o Mercado Social de Emprego, que o Governo instituiu em 1996, enquadrando um conjunto de medidas e estratégias que visam uma intervenção activa no sentido da promoção do emprego junto de grupos socialmente em situação de desfavorecimento ou vulnerabilidade, privilegiando medidas activas capazes de quebrar os ciclos de pobreza e de fomentar a reintegração no mercado de trabalho destas pessoas.

Seguindo esta linha de orientação, a REAPN apresentou à Comissão Nacional para o Mercado Social de Emprego, um projecto com a preocupação de promover o MSE e contribuir para a consolidação do seu Quadro de Acção.

## **OBJECTIVOS GERAIS**

Os objectivos gerais do projecto enquadram-se nos objectivos do protocolo estabelecido entre o IEFP e a REAPN e podem sintetizar-se nos seguintes aspectos:

Montagem de um sistema de informação que permita, a cada momento, levar ao conhecimento dos vários públicos, nomeadamente, das organizações não governamentais de solidariedade social, e em tempo útil, os programas e medidas disponíveis no âmbito do MSE.

Diagnóstico das necessidades de informação, formação e de enquadramento das medidas – através de um contacto directo com os promotores das iniciativas e da montagem de pequenos observatórios, ao nível de cada região, para seguimento de determinadas temáticas relacionadas com o MSE

Promoção do MSE, através da divulgação e valorização das boas práticas nacionais.

Reforço de competências e de qualificação dos intervenores/promotores dos projectos.

Elaboração de propostas e recomendações com vista a melhorar a qualidade e a eficácia das intervenções no âmbito do MSE.

## **EIXOS DE INTERVENÇÃO**

### **➤ Informação**

A informação constitui, desde a génese da organização, um dos eixos prioritários de intervenção. Na conceptualização do trabalho da (de) Rede a informação é o elo fundamental que permite unificar, dinamizar, influenciar, e mobilizar. A informação constituiu desde sempre, no contexto de trabalho em/da Rede, o instrumento fundamental, em torno do qual se definiram metodologias e estratégias.

Produzir conhecimento e informação, difundir informação, potenciar o acesso à informação, contribuir para a construção de opinião positiva face aos fenómenos da pobreza e da exclusão social, requalificar e inovar métodos de intervenção, formar, informar, sensibilizar, consubstanciam os eixos de acção da Rede.

Desde logo pela necessidade manifesta de levar a informação aos que intervêm, e, aos que decidem, proporcionando um diálogo virtual entre necessidades/realidades e políticas/decisões. Cabe aqui à Rede providenciar a construção de diagnósticos, auscultando os agentes de intervenção, fazer chegar os resultados a quem decide, colaborar na reflexão crítica sobre as políticas a definir e incentivar o “retorno” num caminho de inovação e de eficácia.

A sua função primordial é a de agir sobre as representações sociais, os estereótipos e os preconceitos, nos modos mais ou menos tradicionais de compreender e de intervir nos fenómenos sociais, de modo a poder colaborar na construção de disposições favoráveis à mudança, de criar predisposições positivas para a inovação e para a atitude de efectivo empenho no combate à pobreza e à exclusão social.

Foi essencialmente com esta preocupação que a REAPN mostrou interesse em colaborar com o IEFP no âmbito do MSE, procurando por um lado, aprofundar o conhecimento sobre a realidade nacional, em termos das medidas e programas em vigor no MSE; sensibilizar as organizações da sociedade civil para a dinâmica da Economia Social e criar predisposições positivas para a inovação em termos de metodologias e práticas.

## ➤ **Formação**

A REAPN tem investido todo o seu esforço no desenvolvimento/qualificação de instrumentos que produzam a melhor eficácia neste espaço de mediação entre decisão/ intervenção / exclusão. E a esse nível tem agido para responder aos seguintes objectivos:

- a) Possibilitar a concretização de projectos de intervenção social por parte dos grupos/organizações que trabalham em áreas e com populações desfavorecidas e que normalmente se encontram excluídos dos processos de candidatura a determinados programas;
- b) Capacitar esses grupos/organizações de instrumentos que permitam a reflexão sobre metodologias de Intervenção Social e promovam a Qualificação e a Inovação;
- c) Promover projectos de intervenção social que produzam inovação, numa linha de “acções modelares”
- d) Promover o intercâmbio de experiências e informações - Integrar e conhecer experiências de outros países e/ou regiões, organizações e grupos (potenciando a sua dimensão europeia).
- e) Contribuir para a qualificação e para o desenvolvimento de métodos inovadores, das pessoas e grupos que se encontrem ligados ao problema da pobreza e da exclusão social;
- f) Promover a reflexão e o debate sobre a pobreza e a exclusão social, enquanto conceitos multidimensionais, métodos de intervenção social e políticas sociais.

Em todos os momentos, de uma forma generalizada, mas mais especificamente com a realização da acção de formação subordinada ao tema “A Economia Social como Instrumento de Inclusão”, estes objectivos estiveram sempre presentes ao longo do desenvolvimento do plano de acção de 2001.

## **METODOLOGIA**

Em termos metodológicos, e enquanto modelo de orientação, seguimos uma metodologia que assenta em três eixos:

Um primeiro momento dedicado ao levantamento e estudo de cada região em questão procurando identificar as necessidades, os recursos, e as potencialidades de cada local ao nível do chamado terceiro sector;

Um segundo momento dedicado especificamente a acções de informação e sensibilização, procurando devolver os resultados dos levantamentos anteriormente realizados e na tentativa de identificar disponibilidade e capacidade da sociedade civil no sentido de avançar para a realização e o envolvimento em novas iniciativas directa ou indirectamente relacionadas com as medidas do Mercado Social de Emprego;

Finalmente, numa terceira fase, haverá lugar à dinamização de acções de formação, entendidas estas num sentido lato, ou seja, tratar-se-ão de momentos de formação mas entendidos como momentos de grande inter-actividades entre os participantes e não apenas como uma passagem passiva de conhecimentos.

## **DESTINATÁRIOS**

Os principais destinatários serão técnicos e dirigentes (voluntários) de Organizações Não Governamentais e os promotores de iniciativas no âmbito do MSE.

## IV – Descrição das actividades desenvolvidas

### 1 - Sensibilização / Informação / Formação

A realização de acções de Sensibilização / Informação, sobre as medidas do Mercado Social de Emprego, assumiram particular relevância, junto das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social em cinco Regiões do País, Porto, Aveiro, Montemor-o-Novo, Palmela e Faro.

### Objectivos

Nestes momentos, pretendeu-se recensear as iniciativas ao nível do Mercado Social de Emprego existentes em cada região sob o ponto de vista qualitativo e na busca de boas práticas aos mais variados níveis em termos de iniciativas de economia social; motivando as organizações não governamentais para este tipo de medidas e orientações através da divulgação das boas práticas existentes na região e através de apoio à concretização de candidaturas.

A filosofia subjacente a esta acção, surge num contexto em que a Economia Social como instrumento promove e amplia o conceito de cidadania activa, combatendo as consequências negativas do crescimento económico e enquanto instrumento para a integração de populações excluídas, numa dupla vertente da inserção, pela via do emprego e da qualificação profissional e da inclusão, na medida em que ao se satisfazerem necessidades não satisfeitas pelo mercado, aumente as oportunidades oferecidas pela sociedade.

### Metodologia

As acções de Sensibilização / Informação realizadas, seguiram o formato de Workshop, com a finalidade de desenvolver um espaço de reflexão e discussão de temas relevantes no âmbito do Mercado Social de Emprego e de Economia Social,

bem como facilitar um apoio à prática profissional dos dirigentes e técnicos, através de um momento de discussão e partilha de estratégias de intervenção, possibilitando o contacto com outras experiências e práticas profissionais.

O Workshop intitulado “ Economia Social como Instrumento de Inclusão “, teve como objectivo, criar um espaço dinâmico de debate e reflexão bem como um espaço de intercâmbio de experiências no âmbito do Mercado Social de Emprego, sendo objectivo prioritário:

Transmitir conhecimentos sobre o “ Terceiro Sistema “ e de “ Economia Social “ como filosofias enquadradoras do Mercado Social de Emprego, com especial incidência nas empresas de inserção e escolas-oficinas;

Reposicionar o “ uso “ das medidas do Mercado Social de Emprego neste contexto;

Aprofundar o conhecimento das especificidades de cada medida (empresas de inserção e escolas-oficinas ).

### **Destinatários**

A participação nestes encontros foi aberta a Dirigentes e Quadros Técnicos de Instituições não governamentais de Solidariedade Social, vocacionados para o trabalho com as medidas do Mercado Social de Emprego.

### **Primeira Região de Intervenção – Região Norte**

#### **WORKSHOP**

#### **“Economia Social como Instrumento de Inclusão”**

**Porto, 31 de Maio de 2001**

Realizou-se no dia 31 de Maio de 2001, no Auditório da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, no Porto.

O programa deste encontro, foi delineado de forma a incentivar um trabalho mais participativo de todos os presentes.

O desenvolvimento dos trabalhos concretizou-se durante a tarde, com a participação de 21 Instituições promotoras de Empresas de Inserção e Escolas-Oficinas da Região Norte.

**Quadro I – Instituições Participantes**

INSTITUIÇÃO	EMPRESA DE INSERÇÃO	ESCOLA-OFICINA
Cruz Vermelha Portuguesa Delegação do Porto		
Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga		
Apocalise		
Associação Famalicence	✓	
Associação Benéfica	✓	
Irmandade Sta. Casa da Misericórdia de Sto. Tirso	✓	✓
Instituto de Serviço Social do Porto	✓	
Projecto Braga Solidário	✓	
Câmara Municipal de Matosinhos	✓	
Cerporto	✓	
Adeima	✓	
Centro Social do Soutelo	✓	
Centro Social e Paroquial de Santão Felgueiras	✓	
Fundação p/o Desenv. do Vale de Campanhã	✓	
Centro Social e Paroquial de Baltar	✓	
CSSTCMS - Gaia	✓	
Fundação p/ o Desenv. da Zona Histórica do Porto	✓	
Centro Social de Ermesinde	✓	
Centro Comunitário do Marão	✓	

O Dr. João Mira Paulo, Chefe da Divisão da Delegação Regional do Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Dra. Sandra Araújo da Coordenação da Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, foram os convidados da Sessão de Abertura.

Foi feita uma breve introdução e ditas algumas palavras de circunstância por parte do Dr. João Mira Paulo, referentes às iniciativas do Mercado Social de Emprego, nomeadamente das empresas de inserção.

Segundo o Dr. João Mira Paulo, as medidas adoptadas no âmbito do Mercado Social de Emprego têm como objectivo fundamental a inserção social e profissional de pessoas desempregadas em actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado, com o objectivo de combater a

pobreza e a exclusão social através da criação de novas oportunidades de inserção, promovendo a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais de modo a facilitar a integração das pessoas em processo de inserção na vida activa.

O painel “ Economia Social como Instrumento de Inclusão “, foi moderado pelo Dr. José Brás, Vice-Presidente da Animar, que explanou a importância da Economia Social como filosofias enquadradoras das medidas do Mercado Social de Emprego, com especial incidência nas empresas de inserção.

Este evento, contou ainda com a participação da Dra. Carlota Teixeira da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, que apresentou a empresa de inserção “Ser Pessoa “.

Esta empresa de inserção pretende proporcionar a integração profissional de activos, através do desenvolvimento de competências técnicas e profissionais e do desenvolvimento de competências pessoais, traduzidas na aquisição de normas de conduta apropriadas para o contexto laboral, que melhoram as possibilidades de inserção e manutenção do emprego.

A finalidade da empresa de inserção “ Ser Pessoa “, centra-se na prestação de cuidados ao domicílio; a ideia desta actividade surge no sentido de preencher um nicho de mercado pouco explorado e com crescente procura. Esta empresa de inserção encontra-se apta a responder às solicitações do mercado, apostando na qualidade, afectividade e personalização.

Os serviços prestados pela empresa de inserção Ser Pessoa incluem:

Cuidados específicos ao idoso

Cuidados de higiene

Mobilização passiva e activa

Cuidados de enfermagem ( pensos, algaliações, soros, avaliação de sinais vitais .)

Administração de medicação

Actividades de tempos livres

Confecção de refeições simples ao domicílio

Tratamento de roupas no domicílio

Limpezas domésticas

Entrega ao domicílio de dietas específicas ( de emagrecimento, para diabéticos, convalescentes, hipertensos...)

O serviço prestado pela empresa de inserção “ Ser Pessoa “, pretende melhorar a qualidade de vida do cliente e da sua família e de contribuir de forma decisiva para a integração profissional de mulheres com dificuldades de integração no mercado de trabalho.

O Workshop, ficou marcado pelo momento do debate, que constituiu um espaço dinâmico de intercâmbio de experiências permitindo deste modo fazer um levantamento das potencialidades, expectativas e constrangimentos existentes na implementação das diversas medidas/ programas do Mercado Social de Emprego, com o objectivo de apresentar um conjunto de propostas e recomendações à Comissão para o Mercado Social de Emprego, bem como fazer um levantamento das necessidades para futuras Acções de Formação.

### **Conclusões do Workshop**

Na leitura das conclusões ficaram patentes os contributos de todos os participantes, que no essencial resultaram de um processo dinâmico de partilha e de confrontação de ideias dos diversos promotores das medidas/ programas do Mercado Social de Emprego, presentes neste encontro, das quais se destacam as seguintes reflexões:

- Estabilização das candidaturas às empresas de inserção;
- Reconhecimento que as pessoas são o elemento central nesta medida, no sentido de que se pretende a sua reintegração ou re-socialização;
- Avaliação positiva das empresas de inserção enquanto forte contributo para a inserção no Mercado de Trabalho, as empresas de inserção não são formas de criação de empresas, mas sim escolas para a inserção,
- Constrangimentos ao nível da organização interna, decorrentes da cultura organizacional, necessidade de modelos mais flexíveis e de autonomia administrativa e financeira das entidades promotoras de empresas de inserção;
- Importância de manter um núcleo duro de funcionários, sem rotatividade, na tentativa de limitar o ritmo de bom funcionamento da empresa de forma a torna-la suficientemente rentável;
- Dificuldades no recrutamento, nomeadamente na contratação de pessoas oriundas do Rendimento Mínimo Garantido, e de Desempregados de Longa Duração;

- Dificuldades de acompanhamento do trabalhador após a inserção; dificuldade na integração dos trabalhadores no final da iniciativa (absorção ou a reabsorção dos trabalhadores ? )
- Dificuldade em manter financeiramente a equipa técnica de enquadramento, dado que é imprescindível como suporte permanente e de subguarda durante todo o processo de inserção, e não apenas na fase inicial de formação;
- Necessidade de melhorar a definição do perfil do promotor: objectivos, capacidade de dinamização, sensibilização das Direcções promotoras de empresas de inserção, através de acompanhamento personalizado, para o entendimento da filosofia subjacente a esta iniciativa.

## Segunda acção – Região Centro

### WORKSHOP:

#### “Economia social como Instrumento de Inclusão”

Aveiro, 22 de Junho de 2001

Realizou-se no dia 22 de Junho de 2001, na Biblioteca Municipal de Aveiro.

O desenvolvimento dos trabalhos, começaram pela manhã, com a Sessão de Abertura, presidida pela Dra. Sandra Araújo, Coordenadora da Rede Europeia Anti-Pobreza e a Dra. Susana Januário, Coordenadora do Núcleo de Aveiro da REAPN.

Este Workshop, contou com a presença de várias instituições promotoras de Empresas de Inserção e Escolas-Oficinas da Região de Aveiro.

### Quadro II – Instituições Participantes

INSTITUIÇÃO	EMPRESA DE INSERÇÃO	ESCOLA-OFICINA
APPACDM – Anadia		
APPACDM – Aveiro		
APPACDM – Coimbra		
Projecto Continuar	✓	
Sta. Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro	✓	

Cerciag	✓	
Centro Social e Paroquial de Vera Cruz	✓	
Ass. dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro	✓	
Os Pioneiros	✓	
Sta. Casa da Misericórdia de Aveiro	✓	
Centro Social M <sup>ª</sup> . Auxiliadora de Mogofores	✓	
CASCI	✓	

Seguiu-se a apresentação das Iniciativas no âmbito do Mercado Social de Emprego pelas Entidades Promotoras convidadas.

Este momento, foi de extrema importância, na medida em que se promoveu o intercâmbio de experiências e o debate de ideias acerca das medidas/programas do Mercado Social de Emprego, permitindo fazer um levantamento das dificuldades, potencialidades e expectativas existentes na implementação destas medidas, aferidas por estes promotores.

Durante a tarde o programa foi composto, com a apresentação do painel, Economia Social como Instrumento de Inclusão, moderado pela Dra. Fátima Veiga, da Rede Europeia Anti-Pobreza, e teve como convidado do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Dr. Acácio Conde, Director do Centro de Emprego de Aveiro.

A Dra. Fátima Veiga, na sua intervenção, levantou algumas questões pertinentes, para o possível debate, das quais se destaca as seguintes:

- O facto das iniciativas do Mercado Social de Emprego serem promovidas por pessoas colectivas sem fins lucrativos, cujas actividades não se inscrevem na lógica do mercado ( competitividade, lucro ) como tem sido feito o percurso de aprendizagem de um modelo de intervenção assente na lógica do mercado, tendo em conta as características dos destinatários destas iniciativas ( desempregados de longa duração e pessoas em situação de desfavorecimento )?
- Como tem sido conseguida a integração social e profissional dos destinatários destas medidas?
- Quais os constrangimentos que se colocam na operacionalização destas medidas?
- As iniciativas do Mercado Social de Emprego existentes favorecem o desenvolvimento local e comunitário ou em última instância favorecem a instituição promotora e os destinatários finais?
- Até que ponto é já possível avaliar o impacto destas medidas, por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a este nível?

Dr. Acácio Conde, na sua intervenção, começou por fazer uma breve contextualização, ao Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Rede Europeia Anti-Pobreza.

Neste contexto, o Dr. Acácio Conde fez uma breve caracterização do Mercado Local de Emprego, referindo que existem 5600 pessoas inscritas no Centro de Emprego de Aveiro, das quais:

- 60% são mulheres
- 82% são adultos
- 6% são jovens á procura do primeiro emprego
- 94% dos desempregados já trabalharam

Segundo, o Dr. Acácio Conde, não se consegue responder às ofertas de emprego que existem, na medida em que os programas do Mercado Social de Emprego pressupõem uma atitude pedagógica (43% dos 5600 inscritos no Centro de Emprego têm apenas 4 anos de escolaridade).

Em relação aos recém-licenciados, sendo um fenómeno recente, somente 8%, não teve integração imediata no Mercado de Trabalho no Distrito de Aveiro.

No Balanço do Mercado Social de Emprego, o Dr. Acácio Conde, deixou como dados registados a existência de:

- 65000 pessoas abrangidas pelo Mercado Social de Emprego
- 26655 - Programas Ocupacionais para subsidiados
- 15434 - Programas Ocupacionais para Carenciados
- 5288 - Escolas-Oficinas
- 3109 - Empresas de Inserção

#### Balanço e Perspectivas do Mercado social de Emprego - Dr. Acácio Conde

- Necessidade de avaliação dos projectos e dos resultados
- Necessidade de haver viabilidade das Medidas/Programas, no que respeita à empregabilidade e sustentabilidade do emprego
- Necessidade de Medidas transversais de apoio à consolidação da actividade
- Necessidade de novos desafios/ novos rumos:
- Batalha pelas qualificações e pela inserção sócio-profissional

- As perspectivas da Educação/Formação
- Uma Cultura de Aprendizagem ao longo da vida
- Mercado de Trabalho/Necessidade do Reconhecimento e Validação de Competências

Este evento, contou ainda com a participação do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, representado pela Dra. Emilia Carvalho, que fez uma breve apresentação da empresa de inserção da qual o Centro é promotor.

A empresa de inserção que tem como nome “ Puro Linho “, está a funcionar desde 1999, dedicando-se à confecção de todo o tipo de artigos de Têxtil Lar, perseguindo objectivos definidos, de ordem social e económica, nomeadamente: promover a integração social de mulheres desempregadas, promover a qualificação profissional dos trabalhadores, permitir o acesso a um posto de trabalho, criar mecanismos de auto-ajuda ao nível dos indivíduos e/ou recuperar todo o tipo de artigos para o lar.

Segundo a Dra. Emilia Carvalho, para a implementação destes objectivos o Centro Social e Paroquial Vera Cruz , decidiu-se pela criação de uma estrutura autonomizada, com um centro de custos e contabilidade própria, à qual estão afectos dirigentes, técnicos e voluntários da Instituição.

As dez mulheres que integra encontravam-se em situação de exclusão, desempregadas de longa duração e beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido. Após quatro meses de formação, passaram à fase de profissionalização, encontrando-se neste momento com contractos a termo certo por 24 meses.

A empresa de inserção “ Puro Linho “, assenta numa estrutura simples, constituída por um núcleo operacional, uma supervisora e por um elemento administrativo. No topo estratégico encontra-se a Unidade de Gestão, composta por dois elementos da Direcção do C.S.P. Vera Cruz coadjuvada por uma Equipa de Enquadramento (um Sociólogo e uma Técnica de Serviço Social ).

Segundo a Dra. Emilia Carvalho o posicionamento adoptado pela Unidade de Costura Lar do C.S.P.V.C., reside na criação de um perfil organizacional, que pretende ser caracterizado pela qualidade, pelo respeito pelos prazos negociados, procurando responder a um nicho específico do mercado.

Comparativamente ao Workshop do Porto, este encontro, ficou marcado pelo momento do debate, que resultou de um processo dinâmico de partilha e de confrontação de ideias dos diversos promotores, presentes neste evento.

Em termos de debate merecem registo algumas intervenções, de entre as quais se destacam os seguintes temas abordados:

- Avaliação positiva das empresas de inserção, enquanto forte contributo para a inserção no mercado de trabalho de públicos com dificuldades de inserção no mercado normal de trabalho
- Dificuldades, constrangimentos na implementação das Medidas/Programas no âmbito do Mercado Social de Emprego
- Apoios à conciliação dos Projectos, quer a nível financeiro, quer a nível técnico
- Angústias por parte dos promotores, na viabilidade dos projectos
- Recrutamento de pessoal ( Desempregados de Longa Duração, oriundos do Rendimento Mínimo Garantido e Deficientes)
- Necessidade de uma “ cirurgia correctiva “ à legislação existente, de acordo com as necessidades aferidas
- Aproveitamento das experiências “para desbravar o terreno “ nestas medidas
- Estratégia de divulgação/ Marketing

O registo das conclusões do Workshop: “ Economia Social como Instrumento de Inclusão “, em Aveiro, serão enviadas às instituições presentes neste evento.

### **Terceira Acção – Região do Alentejo**

#### **WORKSHOP**

#### **“Economia social como Instrumento de Inclusão”**

**Montemor-o-Novo, 7 de Setembro de 2001**

Decorreu no dia 7 de Setembro de 2001, nas instalações da Cercimor, em Montemor-o-Novo, o terceiro Workshop: “Economia Social como Instrumento de Inclusão”.

O workshop, teve como objectivo reflectir sobre a importância das medidas do Mercado Social de Emprego, sobretudo das Empresas de Inserção e Escolas-Oficinas, para a construção de uma economia baseada em princípios sociais, e por outro lado promover o intercâmbio de experiências e o debate de ideias acerca destas medidas, enquanto promotoras do desenvolvimento local.

Este encontro contou com a participação de Sandra Araújo, Coordenadora da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal e Abel Ribeiro, Coordenador do Núcleo do Alentejo Central do Alentejo Central da REAPN, da parte da manhã, sendo seguido pelo momento de intercâmbio de experiências, pelas entidades promotoras das medidas do Mercado Social de Emprego, presentes no encontro.

### Quadro III – Instituições Participantes

INSTITUIÇÃO	EMPRESA DE INSERÇÃO	ESCOLA-OFICINA
Ass. p/ o Desenv. da Região de Grandola		
Câmara Municipal de Moura		
Cáritas Paroquial de N.ª. Sr.ª. Conceição – V. Viçosa		
APPACDM – Elvas	✓	
Casa do Povo S. Luís	✓	
APIR – PLCP – Rede de Afectos	✓	
Associação Terras Dentro	✓	✓
Ass. de Apoio e Desenvolvimento Integrado	✓	
Centro de Paralisia Cerebral de Beja	✓	
Cáritas Diocesana de Évora	✓	
Associação de Solidariedade Mombejense	✓	
Cercimor	✓	✓

O Programa da tarde, ficou marcado pela visita à Empresa de Inserção da Cercimor.

Esta Empresa de Inserção, surgiu da necessidade de dar resposta a um grupo de formandos de diversas áreas , que tinham capacidades de serem integrados, mas para os quais não havia respostas na região. A razão da candidatura desta instituição a uma Empresa de Inserção, prendeu-se com quatro objectivos:

- Inserção dos formandos no mercado de trabalho;
- Combate à exclusão social;
- Aproveitamento dos recursos existentes;
- Contribuir para o desenvolvimento da região, com a criação de novas empresas.

Os pontos fortes da Empresa de Inserção promovida pela Cercimor, são:

- A qualidade dos produtos,

- Uma carteira de clientes de vários pontos do país,
- Divulgação da instituição através dos produtos,
- A satisfação dos clientes e trabalhadores,
- A inserção dos trabalhadores na comunidade,
- A contribuição para o desenvolvimento económico da região.

A Empresa de Inserção Cercimor , é uma empresa com sucesso, que pensa no futuro admitir 10 novos trabalhadores, dando possibilidade de incluir outras áreas com déficite, de mercado, como por exemplo, jardinagem e prestação de serviços na manutenção de espaços exteriores.

Após a visita à Cercimor, CRL (Empresa de Inserção), prosseguiram-se os trabalhos, com a apresentação do painel: “ Dinamização das Medidas do Mercado Social de Emprego na Região do Alentejo”, apresentado pelo Dr. João Ricardo, Director do Centro de Emprego de Montemor-o-Novo, fazendo uma breve contextualização das medidas do Mercado Social de Emprego, na Região do Alentejo, sendo este painel alternado com a apresentação da empresas da Cercimor e das três Escolas-Oficinas , promovidas pela Associação Terras Dentro, sendo elas:

- Escola-Oficina – Atelier de Costura e Bordados Tradicionais
- Escola-Oficina – fabrico Artesanal de Queijos
- Escola-Oficina – Fabrico de Utensílios e Adornos em Pele

O desenvolvimento dos trabalhos concretizou-se com a participação muita activa dos participantes, aproveitando o espaço de debate para apresentarem os constrangimentos, as dificuldades e as potencialidades dos seus projectos, no âmbito do Mercado Social de Emprego.

## Quarta Acção – Região de Lisboa e Vale do Tejo

### WORKSHOP

#### “Economia Social como Instrumento de Inclusão”

Palmela, 12 de Setembro de 2001

Realizou-se no dia 12 de Setembro de 2001, na Casa Santa Rafaela Maria, em Palmela.

Este encontro foi dirigido a Organizações não Governamentais de Solidariedade Social e Entidades promotoras das Iniciativas do Mercado Social de Emprego, tendo como objectivos, a promoção do Mercado Social de Emprego, o intercâmbio de experiências e identificação de potencialidades e análise das dificuldades/ obstáculos que se colocam na execução das medidas (com particular destaque para a empregabilidade dos abrangidos).

Este Workshop, contou com a participação de várias de ONG's e Entidades promotoras das Iniciativas do Mercado Social de Emprego da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

#### Quadro IV – Instituições Participantes

INSTITUIÇÃO	EMPRESA DE INSERÇÃO	ESCOLA-OFICINA
Hospital Júlio de Matos		
Centro Comunitário Quinta do Conde		
Centro Jovem Tejo		
Santa Casa da Misericórdia de Sintra	✓	
Centro Social S. Pedro do Afonsoiro	✓	
Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros	✓	
Cantinho da Arte		✓
Rumo	✓	
Centro Social de Palmela	✓	

Este encontro contou com a participação do Dr. José Lucas, Director de Serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, apresentando o painel: “Mercado Social de Emprego: Objectivos, Intervenções, e Potencialidades”.

Dr. José Lucas, na sua intervenção, começou por fazer uma breve contextualização do Mercado Social de Emprego nas Políticas Europeias de Emprego.

Neste contexto, o Dr. José Lucas, referiu os quatro pilares de intervenção do Plano Nacional de Emprego:

1. Empregabilidade
2. Espírito Empresarial
3. Adaptabilidade
4. Igualdade de Oportunidades

No seu discurso, José Lucas, fez referência às preocupações que o Instituto de Emprego e Formação Profissional tem ao nível da intervenção, no âmbito das Medidas do Mercado Social de Emprego, principalmente na questão do crescimento qualitativo das medidas.

O painel: “Economia Social como Instrumento de Inclusão”, contou com a participação da Dra. Teresa Paixão, do Departamento de Estudos de Prospectiva e Planeamento (DEPP); que fez uma abordagem sobre Economia Social em Portugal, começando por definir:

Economia Social

A Dimensão Territorial

A(s) Natureza(s) das Actividades

A Inovação nos Processos

A Rentabilidade Social

A Intervenção Social

O programa da tarde foi composto pela apresentação de duas experiências da Região: a Rumo do Barreiro, que fez uma apresentação sucinta das sete empresas de inserção, nas áreas de serviço de refeições(2), na vigilância das crianças no período das refeições, intervalos e outros apoios(2) e apoio aos jardins de infância(3).

A candidatura a esta medida resultou do reconhecimento de dois elementos fundamentais:

- ◆ Necessidade de incrementar o combate à pobreza e à exclusão social,

- ◆ Necessidade de proporcionar às crianças que frequentam os jardins de infância e Escolas do 1º ciclo do Concelho de Barreiro, um serviço de refeições e de apoio de qualidade.

A apresentação da segunda Instituição, foi do Centro Jovem Tejo da Moita, que fez uma candidatura a uma empresa de inserção, na área da carpintaria, tendo como data prevista para início de actividade Setembro de 2001. Estas apresentações foram moderadas pela Dra. Virgínia Bacalhau, Directora do Centro de Emprego de Setúbal.

Seguiu-se o momento de debate, com a intervenção de todos os participantes, reveladoras de preocupações sobre o resultado das iniciativas que se desenvolvem no terreno, mas também da satisfação resultante de boas práticas.

O Workshop terminou com a leitura das conclusões, ficando patentes as dificuldades/constrangimentos, angústias, expectativas, que estes promotores confrontaram-se no decorrer das suas acções.

## **CONCLUSÕES ?**

### **Quinta Acção – Região do Algarve**

#### **WORKSHOP**

#### **“Economia Social como Instrumento de Inclusão”**

**Faro, 12 de Outubro de 2001**

Realizou-se no dia 12 de Outubro de 2001, no Conservatório Regional de Faro.

Os trabalhos começaram pela manhã, com a Sessão de Abertura, presidida pela Dra. Sandra Araújo, Coordenadora da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, e o Dr. Carlos Andrade, Interlocutor Regional da REAPN para o Mercado Social de Emprego.

Este Workshop, contou com a participação de várias instituições promotoras de empresas de inserção e escolas-oficinas, da Região de Faro.

**Quadro IV – Instituições Participantes**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>EMPRESA DE INSERÇÃO</b>	<b>ESCOLA-OFICINA</b>
Santa Casa da Misericórdia de Faro		
Grato – Grupo de Apoio a Toxicodependentes		
Fundação António Silva Leal		
		✓
Associação ALCANCE	✓	✓
Associação IN LOCO		✓
Instituto de Juventude de Faro		✓

## **2 – Acção de Formação: “Economia Social como Instrumento de Inclusão”**

Dando cumprimento aos objectivos do Plano de Actividades de 2001 realizou-se nos dias 9, 10 e 11 de Novembro de 2001, na Quinta da Lagoa em Mira (Aveiro) uma acção de formação sobre o tema da Economia Social.

A acção de formação com duração de 18 horas foi realizada em regime residencial, numa Unidade Hoteleira, com o objectivo de proporcionar aos participantes momentos de maior inter-acção e convívio e uma maior concentração nos objectivos da formação.

### **Objectivos Gerais**

- Incorporar os objectivos e a filosofia da economia social,
- Sensibilizar os diferentes actores sócio-económicos para a problemática do acesso de mercado de trabalho por parte de públicos mais desfavorecidos e do seu recrutamento sem discriminações,
- Identificar novos modelos de gestão dos recursos nas organizações da economia social através do contacto com experiências de boas práticas,
- Desenvolver metodologias de detecção de necessidades não satisfeitas pelo mercado,
- Promover a qualificação das organizações da economia social, tendo em vista a acessibilidade, a qualidade e a inovação dos serviços prestados/produtos, e a sua auto-sustentação,
- Fomentar a participação activa dos públicos desfavorecidos, contribuindo para um processo de empowerment individual e colectivo,
- Desenvolver acções que promovam o enriquecimento e valorização do trabalho social e de utilidade colectiva, contribuindo para a melhoria do estatuto, enquadramento e estabilidade dos profissionais das organizações da economia social.

Tendo como principal objectivo proporcionar um amplo espaço de debate teórico e de troca de experiências, no sentido de criar bases de sustentabilidade para a

intervenção de todos que actuam no âmbito do Mercado Social de Emprego, o programa da acção de formação: “ Economia Social como Instrumento de Inclusão “ foi delineado de forma a incentivar um trabalho intenso e participativo de todos os presentes. O programa foi composto por três módulos:

Módulo I - Economia Social: Princípios e Valores

Módulo II - Economia Social: Gestão Estratégica, Qualidade, Marketing

Módulo III - Economia Social como Instrumento de Inclusão: Empresas de Inserção

## **Formadores**

Os formadores foram seleccionados tendo em conta as suas habilitações certificadas para ministrar cursos de formação, bem como os seus reconhecidos conhecimentos nas respectivas áreas.

São formadores que pelo seu currículo académico e pela sua experiência profissional, podem assegurar a qualidade prática e teórica pretendida nos objectivos da formação:

Dra. Paula Guerra: Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e colaboradora da Quarternaire/ Portugal.

Dr. João Abreu: Licenciado em Direito e Mestre em Marketing. Docente da Universidade Portucalense e Director de Formação da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE).

Dra. Gilda Torrão: Licenciada em Economia, Secretária Geral da Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso (ASAS).

Dr. Pedro Hespanha: Doutorado em Sociologia e Licenciado em Direito. Docente da Universidade de Coimbra.

## **Formandos**

Dirigentes e Técnicos com cargos de Coordenação/ Direcção das Organizações de Economia Social, promotoras das Iniciativas do Mercado Social de Emprego, do Distrito do Porto, de Coimbra e de Aveiro.

Depois da Acção de Formação ter sido convenientemente divulgada, o número de inscrições foi superior ao inicialmente previsto, uma vez que o número máximo de participantes definido foi de 20.

<b>QUADRO VI – FORMANDOS INSCRITOS</b>	
Álvaro Pires dos Reis	Sta. Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro
Ana Margarida Oraça de Sequeira	Ass. dos Amigos da Ria e do Barco moliceiro
Ana Rita Xavier	Liga dos Amigos de Conimbriga
Anabela Valente Dias de Carvalho	Sta. Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro
Antónia Adelaide Costa e Silva	Grupo de Acção Social de S. Vicente da Pereira
Carla Maria Bandeira Andrade	APPACDM - Soure
Carlos Manuel Salgueiral Morais	Associação Benéfica do Porto
Cecília do Carmo Sousa	Centro Social do Bunheiro
Emília Carvalho	Centro Social e Paroquial da Vera Cruz
Estrela Maria Domingues Pires	Centro de Solid. Social de S. Jorge da Beira
Hélder Manuel Alves Ferreira	Centro Social e Paroquial de Vera Cruz
Joana Isabel Melo de Carvalho	Centro Social da Varziela
Jorge Luís Nunes de Oliveira	Sta. Casa da Misericórdia de Vagos
José Machado Carriço	Hospital do Arcebispo João Crisóstemo
José Pereira de Sousa	Associação Baptista AGAPE
Maria Manuela Fernanda Costa Neves	Cruz Vermelha Portuguesa – Porto
Padre Filipe Manuel da Silva Coelho	Centro Social do Bunheiro
Sandra Cristina Lameirinhas Oliveira	Centro Social Comunitário da Varziela
Sónia Maria Lima da Silva Santos	Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Susana Rute Teles Duarte Amaral	Fundação p/ o Desenv. do Vale de Campanhã

## **PERFIL DOS PARTICIPANTES? NºDIRIGENTES? TÉCNICOS?**

### **Avaliação?**

## Sessões de Formação (Módulos)

### MÓDULO I: Economia social: Princípios e Valores

- ◆ **Data:** 9 de Novembro de 2001
- ◆ **Formador:** Dra. Paula Guerra (Faculdade de Letras do Porto)
- ◆ **Total de Horas:** 6
- ◆ **Formandos Presentes:** 18
- ◆ **Temas Propostos ao Formador:**
  - O(s) conceitos de Economia Social
  - Perspectiva Histórica
  - Enquadramento Legal
  - Lógicas de Acção
  - Financiamento

#### ◆ **Sumário**

Economia Social: conceito, princípios, metodologia

Economia social: potencialidades e estrangulamentos

Economia Social e comunidades locais

#### ◆ **Bibliografia**

PAIXÃO, Maria Teresa (1998); Economia Social e Criação de Emprego, Revista Sociedade e Trabalho, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2:14-21

INSCOOP (2001); O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades

### MODULO II – Economia Social: Gestão Estratégica, Qualidade, Marketing

**Data:** 10 de Novembro de 2001

- ◆ **Formadores:** Dr. João Abreu (ANJE)  
Dra. Gilda Torrão (ASAS)
- ◆ **Total de Horas:** 6

**Formandos presentes:** 20

**Temas Propostos aos Formadores:**

- Serviços/produtos das organizações da economia social, modalidades da sua prestação/distribuição, por forma a responder a necessidades de interesse colectivo
- Práticas de gestão de recursos (humanos e materiais) das organizações da economia social
- Gestão Financeira. Marketing e gestão da produção
- Estratégias de colocação dos produtos/serviços
- Estratégias e mecanismos de sustentabilidade das organizações de economia social
- Dinâmicas de Cooperação e trabalho em rede entre as organizações da economia social e entre estas e o “mercado aberto”

**Sumário ( manhã) – Dra. Gilda Torrão**

Práticas de Gestão das organizações não lucrativas. Suas características e particularidades

Práticas de Gestão de recursos materiais e humanos das ONG`s

Gestão financeira

Empresas de Inserção: Que problemas? Que soluções?

Estratégia e mecanismos de sustentabilidade das ONG´s

**Sumário (Tarde) – Dr. João Abreu**

Estratégias de Marketing Social

A colocação dos serviços e dos produtos

Estratégia e mecanismos de sustentabilidade das organizações de Economia Social

Dinâmicas de Cooperação e trabalho de rede entre as organizações de economia social e entre estas e o mercado aberto

◆ **Bibliografia**

ARMARIO, Enrique Martín (1993); “Marketing”, Ariel Economia, 1ª ed., Barcelona

BARROS, Carlos Pestana (1997); “O sector não lucrativo: uma análise da literatura”, in “As instituições não lucrativas e a acção social em Portugal”, Editora Vulgata, Lisboa

BARRETO, António (1995); "Portugal na periferia do Centro: mudança social, 1960 a 1995", in "Análise Social", vol. XXX (134)

CROZIER, Michel (1981); "Mudança Individual e Mudança Colectiva", in "Mudança Social e Psicologia Social"; Livros Horizonte, Lisboa

LOPES, Alexandre (2000); "Organizações não governamentais, políticas sociais e desenvolvimento organizacional: welfare mixes em Portugal no domínio da luta contra o VIH/SIDA", in "Sociologia", vol. X, I Série

MESSU, Michel (2000); "Estatutos e Identidades dos assistidos sociais", in "Da não – integração", Quarteto Editora, Lisboa

MOURA, Estêvão(1997); "Modelos de gestão de organizações não lucrativas baseados no modelo de auto-diagnóstico", in "As instituições não lucrativas e a acção social em Portugal", Editora Vulgata, Lisboa

SANTOS, José Carlos Gomes (1997); "Incentivos ao Mecenato Social – objectivos – modalidades – eficácia", in "As instituições não lucrativas e a acção social em Portugal", Editora Vulgata, Lisboa

SEOANE, Ana Isabel (1999); "O Mecenato como instrumento inovador e eficaz de comunicação empresarial", tese para obtenção do grau de licenciada Instituto Superior de Comunicação Empresarial, Lisboa

VICENTE, Paula (1998); "A Gestão da intervenção social", in Política Social, Revista da UTL, ISCSP, Lisboa

Outras consultas:

Revista da FLUP

Revue Électronique de Sociologie – Esprit critique  
(<http://critique.ouh.org/302/article1.html>)

Revista Crítica de Ciências Sociais (UC

### **MÓDULO III – Economia Social como Instrumento de Inclusão: Empresas de Inserção**

♦ **Formador:** Dr. Pedro Hespanha (Universidade de Coimbra)

**Total de Horas:** 6

♦ **Formandos Presentes:** 20

**Temas Propostos ao Formador:**

- Princípios do empowerment dos trabalhadores das organizações da economia social e dos próprios públicos na concepção, desenvolvimento e avaliação dos projectos

- O papel civil e dos actores locais e das próprias pessoas em risco de exclusão para uma intervenção activa em dinâmicas de uma economia solidária

### **Sumário**

A Empresa de Inserção como instrumento de Política Social

Os problemas do estatuto híbrido das Empresas de Inserção em Portugal

### **Bibliografia**

HESPANHA, Pedro (2000); Entre o Estado e o Mercado, As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal

ESTIVILL, Jordi (1997); Las Empresas Sociales en Europa, hacer Editorial

ESTIVILL, Jordi (1999); Políticas Sociales en Europa, Empresas de Inserción, revista nº 6, hacer Editorial

### **3 – Directório de Informação sobre Economia Social**

A produção de um directório de informação sobre Economia Social era um dos objectivos do Plano de Acção traçado para 2001.

Neste sentido, e dado o especial enfoque que ao longo do desenvolvimento do projecto foi atribuído à Medida “Empresas de Inserção”, neste directório, procurámos proceder a um “levantamento” sobre as iniciativas que existem e estão em curso, modelos possíveis de economia social conhecidos, experimentados ou a experimentar.

Este directório é o resultado do trabalho de consulta às cinco Delegações Regionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com vista à construção de uma base de dados das empresas de inserção em curso no país, com informação sobre a tipologia dos promotores, os objectivos dos projectos, as áreas de actividade e a tipologia dos beneficiários. Para além desta informação constante no directório, o guião para recolha das experiências de cada projecto, solicitava um tipo de informação de natureza mais qualitativa, como seja, a indicação dos pontos fortes e fracos da medida, bem como a apresentação de algumas propostas e recomendações face à execução da medida.

#### **Análise do conteúdo das respostas .....**

#### **4 – Promoção de Visitas e Acções de Visibilidade das Boas Práticas Nacionais em Termos do Mercado Social de Emprego**

No âmbito do projecto foram organizadas algumas visitas interinstitucionais com o objectivo promover o intercâmbio de conhecimentos e no intuito de analisar no terreno e junto dos promotores e destinatários das medidas do Mercado Social de Emprego, o empenho dos promotores, formadores e técnicos, quer mesmo dos trabalhadores em processo de inserção. Para além do espaço de troca de informação e de conhecimentos, a realização destas iniciativas facilitou de algum modo uma melhor compreensão prática dos fenómenos em causa e possibilitou o diálogo com todos os intervenientes, apreendendo algumas das expectativas para o futuro, sobretudo por parte dos formandos e trabalhadores para quem estas medidas estão a permitir o efectivo reforço de competências e condições de empregabilidade.

A primeira visita decorreu na CERCIMOR, em Montemor-o-Novo, aquando da realização do WORKSHOP sobre Economia Social.

##### **Breve Descrição da Entidade Promotora**

A CERCIMOR (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadptados) foi fundada em 4 de Agosto de 1976. A instituição, sediada na cidade de Montemor-o-Novo tem uma área de intervenção concelhia mas alcança também uma forte expressão a nível regional. Esta instituição que pode, em nossa opinião, sr considerada uma instituição modelar em muitos aspectos, dirige a sua acção não só para o seu público-alvo por excelência - os deficientes - mas também para outros públicos como os idosos, jovens, crianças, mulheres e famílias. Desenvolve a sua actuação através de várias valências em que se inclui o Atendimento Integrado, o Aconselhamento / Informação Geral, Deficiência Física e Motora, Deficiência Mental, Creche, Intervenção Precoce, Centro de Orientação Profissional, Centro de Apoio Ocupacional, Formação Profissional. De igual modo tem neste momento em vigência uma Empresa de Inserção na área da hortifloricultura, um Projecto de Luta Contra a Pobreza (Projecto Espiga) e um Projecto "Ser Criança" consagrado aos problemas de delinquência e prostituição infanto-juvenil realizado em parceria com a Escola E/B 2,3 de Montemor-o-Novo. Para possibilitar o desenvolvimento de todas estas actividades a CERCIMOR conta com mais de 50 funcionários entre os quais se encontram técnicos de diversas áreas como Técnicos de Serviço Social, Sociólogos, Psicólogos, Professores. Monitores, Fisioterapeutas, Terapeutas da Fala e Terapeutas Ocupacionais e

42

diverso

pessoal

auxiliar.

**Objectivos gerais do Projecto**

**Actividade**

**Beneficiários**

**Modo de funcionamento**

**Pontos Fortes**

**Pontos Fracos**

A segunda visita ocorreu no espaço da KOME KOME, em Faro.

**Breve Descrição da Entidade Promotora**

**Objectivos gerais do Projecto**

**Actividade**

**Beneficiários**

**Modo de funcionamento**

**Pontos Fortes**

**Pontos Fracos**

**5 – Divulgação das Iniciativas do Mercado Social de Emprego, nos meios de informação da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal**

A Rede Europeia Anti-Pobreza, de acordo com o disposto na alínea c) da Cláusula 2ª do Acordo de Cooperação na qual se pretende a “ criação de mecanismos de partilha e divulgação de informação...”, comprometeu-se a divulgar as iniciativas do Mercado Social de Emprego, nos instrumentos de informação que possui, nomeadamente, na Revista Rediteia e Boletins Informativos.

Concretamente, foram divulgados artigos nos números 21, 24 e 25 da Rediteia e foram publicitadas todas as acções no Flash Rede. (em anexo)

Para além dos instrumentos de informação de cobertura nacional, todas as acções concretizadas no âmbito do Protocolo de Cooperação foram divulgadas a nível Local e

Regional, utilizando para esse efeito, os Núcleos Regionais da Rede Europeia Anti-Pobreza, nos seis distritos do país: Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Évora.

De acordo com o previsto no Plano de Acção, foi também elaborado um desdobrável de divulgação do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, bem como para divulgação do Plano de Acção. (em anexo)

## **6 – Apoio Técnico na Elaboração de Candidaturas a Iniciativas do Mercado Social de Emprego junto das ONG´s**

A Rede Europeia Anti-Pobreza, pôs em marcha um mecanismo de apoio específico às Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social para o estudo e elaboração de projectos e propostas ao nível das iniciativas da Economia Social, nomeadamente, aquelas que são disponibilizadas pela iniciativa do Mercado Social de Emprego, através dos seus Núcleos Regionais que têm tido um papel importante na promoção e disseminação da informação das iniciativas do Mercado Social de Emprego, a nível local e regional.

No âmbito dos Núcleos Regionais e no contexto das reuniões de trabalho mensais foram promovidos espaços de informação procurando motivar as Organizações Não Governamentais para a apresentação de projectos no âmbito das medidas em execução, nomeadamente, através da divulgação de boas práticas existentes na região. Por outro lado, estes momentos funcionaram também como forma de acompanhar as entidades na implementação das acções e avaliação das mesmas.

Muito embora um dos objectivos centrais do protocolo consistisse na promoção do MSE através da disseminação das medidas em vigor e dos projectos em execução no terreno e concretamente no apoio à concretização de candidaturas, veio a manifestar-se de extrema importância a componente de consolidação das experiências e projectos em curso, no sentido de garantir uma maior eficácia e qualidade técnica das intervenções. Neste sentido, o debate ao nível regional foi muito conduzido em termos da identificação das potencialidades e análise das dificuldades/obstáculos que se colocam na execução das medidas.

## **7 – Articulação entre os Interlocutores Regionais para o Mercado Social de Emprego**

Os Interlocutores Regionais da REAPN para o Mercado Social de Emprego, encontram-se distribuídos pelas cinco regiões do País: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Comissão Regional da Região Norte:

Dr. José Gaspar Pombo – Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

Comissão Regional da Região Centro:

Dra. Emília Carvalho – Centro Social e Paroquial de Vera Cruz (Aveiro)

Comissão Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Dr. Ulisses Mário Barata da Silva – Centro Social de Palmela (Setúbal)

Comissão Regional da Região do Alentejo:

Dr. Abel Ribeiro – Instituto Superior de Serviço Social de Beja

- ◆ Comissão Regional da Região do Algarve:

Dr. Carlos Andrade – Fundação António Silva Leal (Faro)

A promoção de uma articulação sistemática entre os Interlocutores Regionais da REAPN foi um aspecto chave fundamental para a concretização das acções no terreno. Para além do domínio de conhecimentos técnicos específicos no que respeita às questões relacionadas com a empregabilidade e a inserção de públicos desfavorecidos e das políticas de emprego, os interlocutores detém, na sua maioria, um bom conhecimento das especificidades regionais ao nível do emprego.

Este grupo de trabalho constituiu-se como grupo de reflexão e debate e de acompanhamento e avaliação do próprio plano de acção, tendo fornecido importantes contributos para o desenvolvimento do plano. A nível regional e local, constituíram parceiros privilegiados para a dinamização, concretização de acções de sensibilização, informação e formação, nas cinco regiões de intervenção.

## **8 – SEMINÁRIO: “ O Mercado Social de Emprego no contexto do Terceiro Sector em Portugal – Avaliação e Perspectivas de Futuro “**

Realizou-se no dia 6 de Dezembro de 2001, no Auditório da Casa de Saúde do Bom Jesus, em Braga o Seminário: “ O Mercado Social de Emprego no contexto do Terceiro Sector em Portugal – Avaliação e Perspectivas de Futuro.

No sentido de dar visibilidade e também como objectivo de avaliar as acções levadas a cabo no âmbito do Protocolo, este evento teve como principais objectivos:

- ◆ Potenciar o intercâmbio de saberes e experiências entre os actores sociais que operam no domínio social e aqueles que actuam no tecido empresarial, por forma a tornar o Terceiro Sector cada vez mais forte no contexto da Economia Portuguesa;
- ◆ Promover a visibilidade das “boas práticas” em termos das Iniciativas do Mercado Social de Emprego
- ◆ Avaliar e perspectivar a intervenção no âmbito do Mercado Social de Emprego, e perspectivar o futuro tendo em conta o contexto nacional em termos do mercado

de trabalho e as directrizes comunitárias em termos de Estratégia Europeia para o Emprego, nomeadamente os Planos Nacionais de Emprego, no que concerne à inclusão de grupos sociais desfavorecidos.

**Programa?**

**Conclusões?**

## **V – Resultados Alcançados**

Mais Valias do Projecto

Para a REAPN

Para o IEFP

## **VI – Propostas e recomendações**

Uma primeira recomendação, que nos parece pertinente, tem a ver com a necessidade de trabalhar sobre a identidade do sector. O contacto com as entidades que operam no domínio social permitiu-nos concluir pela existência de uma grande diversidade de organizações e modelos de gestão e cultura organizacional e por consequência diferentes entendimentos ou noções da designação Economia Social versus Terceiro Sector.

A delimitação do conceito é algo difusa, sendo importante, nesta perspectiva, a afirmação da própria identidade do sector e o aprofundar das especificidades do sector.

Uma outra recomendação fundamental, frequentemente levantada no contexto dos debates e encontros regionais e que se prende com a dimensão institucional deste sector tem a ver com a criação de um quadro legislativo próprio. A importância de legislação adequada torna-se particularmente flagrante no caso das empresas de inserção, nomeadamente, foi frequentemente identificada a necessidade de um enquadramento laboral e financeiro específico.

Por outro, importa sublinhar a importância que se atribuiu à necessidade de um sistema de formação, incidindo em temáticas como o projecto organizacional (origem e missão), a qualidade dos produtos e serviços prestados e as questões relacionadas com a gestão e o marketing.

